

boletim ADUA



Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas Seção Sindical/ANDES-SN

>>> EDUCAÇÃO SOB ATAQUE

Autonomia universitária é alvo principal de governo Bolsonaro

Daisy Melo e Lucas Araújo



Feroz controle orçamentário e de gestão, tentativa de monitoramento e silenciamento. Esse é o ambiente inóspito em que estão inseridas, atualmente, as universidades públicas brasileiras. Não é de hoje que a autonomia universitária é atacada, mas é fato que a frequência e a intensidade dessas ofensivas são maiores na gestão de Jair Bolsonaro. Por meio de decretos, medidas provisórias e toda a sorte de artifícios, o governo ultraliberal tenta continuamente sufocar as garantias

desses espaços constitucionalmente asseguradas.

O pluralismo de concepções pedagógicas; a valorização dos profissionais da educação escolar; a liberdade de pensamento e de expressão; e de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber – embora previstos na Constituição Federal de 1998 – são princípios desrespeitados pelo governo de extrema-direita. Em sua defesa, o ANDES-SN, a ADUA, entidades, movimentos sociais e populares em todo o Brasil foram às ruas nos

dias 15 e 30 de maio, e na Greve Geral de 14 de Junho, protagonizando uma das maiores mobilizações da história do país em prol da educação.

“A nossa frágil autonomia universitária, conquista histórica da luta pela educação pública, tem sido colocada em xeque nesse desgoverno. Por meio de um conjunto de decretos e discursos mentirosos de ataque aos e às docentes e às universidades públicas, a gestão do presidente Bolsonaro tem virado as costas para esse dispositivo constitucional”, comentou a 2ª vice-presidente da ADUA-SSind., Milena Barroso.

A autonomia universitária tem sido atacada de modo mais contun-



Esses ataques serão aprofundados brutalmente caso a aprovação da desvinculação de receitas ocorra e, os percentuais assegurados constitucionalmente para repasse de verbas da união, estados e municípios para a educação, tornando a situação mais precária”

- Ana Cristina Fernandes, 1ª secretária da ADUA

dente nos últimos meses pelo descumprimento do art. 207 da Constituição, segundo a 1ª secretária da ADUA, Ana Cristina Fernandes. Conforme a Carta Magna, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Mas isso não vem sendo respeitado na gestão Bolsonaro. Pelo contrário. A docente comentou que uma série de fatores comprovam a intervenção governamental direta nas universidades públicas. “Diminuição de recursos para ensino, pesquisa e extensão, bem como para políticas de permanência que afetam diretamente os discentes em vulnerabilidade, é uma das situações com as quais nos deparamos. Coação e perseguição a atividades em defesa da democracia, tentativa de impedimento a debates, bem como intimidações através de solicitação do MEC [Ministério da Educação] de gravação de áudio e imagem de aulas, foram noticiadas pela mídia. E, recentemente, as medidas tomadas quanto à nomeação de reitores não eleitos, bem como o julgamento do Governo Federal acerca da necessidade de concurso ou não para vagas criadas decorrentes de aposentadorias e mortes, e a nomeação de cargos como de pró-reitores, diretores e coordenações acadêmicas”, afirmou.

Escolha de reitores

Uma das muitas e últimas ofensivas capitaneadas por Bolsonaro foi a publicação do Decreto 9.794, de 14 de maio de 2019, que retira das reitorias a autonomia para escolha de cargos na administração superior. O ato representa uma nítida afronta à autonomia universitária, que já está sendo colocada em curso.

Bolsonaro tem, inclusive, interferido diretamente na escolha dos reitores, ignorando a lista tríplice composta pelo voto da comunidade acadêmica. Em 11 de junho, o MEC nomeou a pedagoga Mirlene Ferreira Macedo Damázio para exercer o cargo de reitora pro-tempore da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A docente não havia disputado a eleição para a reitoria ocorrida em 12 de março deste ano nem posto seu nome à disposição do Colégio Eleitoral para elaboração da lista tríplice. Já no último

dia 18 foi a vez da nomeação do segundo colocado da lista tríplice da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT).

Corte de recursos

Em relação ao bloqueio de 38% dos recursos das universidades federais, anunciado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub - o segundo em seis meses de governo -, a 1ª secretária da ADUA, Ana Cristina Fernandes, lembrou que essa medida intensifica a agenda de cortes e congelamentos de gastos iniciados pela aprovação da PEC 95/2016. “Esses ataques serão aprofundados brutalmente caso a aprovação da desvinculação de receitas ocorra e, os percentuais assegurados constitucionalmente para repasse de verbas da união, estados e municípios para a educação, tornando a situação mais precária”.



Entendemos os cortes de recursos da educação, anunciados pelo governo federal, como uma medida arbitrária e inconstitucional, que afetará o planejamento e o desenvolvimento de ações junto ao conjunto da sociedade, vez que figura como a própria razão de ser da universidade.

- Milena Barroso, 2ª vice-presidente da ADUA

Em sentido oposto, Weintraub defendeu, no dia 6 de junho, o setor privado como principal “agente na expansão do Ensino Superior”. “Esse setor vai crescer muito, e o Estado brasileiro, através dos impostos, que já estão pesados, não tem condição de atender à demanda gigantesca que vai acontecer nos próximos anos”, disse o ministro a representantes de instituições particulares de Ensino Superior no 12º Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular, em Belo Horizonte (MG).

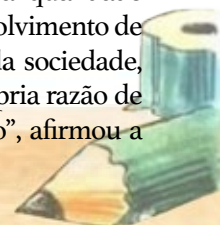
“As estratégias utilizadas para pre-

carizar ainda mais as condições de oferta das atividades de ensino, pesquisa e extensão no ensino superior público refletem a escolha que o governo federal, desde a gestão de Collor de Melo, tem feito em estimular a privatização do ensino superior”, disse Ana Cristina Fernandes. Segundo a docente, isso tem ocorrido de maneira prática com o aumento de autorização para funcionamento de novos cursos e novas instituições privadas, em cursos presenciais e EAD, bem como por intermédio de financiamento para o Prouni e Fies em faculdades e universidades privadas através da concessão de bolsas e crédito educativo. Recursos estes que deveriam ser repassados às universidades públicas.

Defesa

No apoio, organização e participação das lutas em defesa da autonomia universitária, o ANDES-SN publicou, no último dia 12, uma nota em defesa da autonomia universitária e pelas liberdades democráticas. “O ano de 2019 entra para a história recente como o período de intensificação do desmonte das instituições públicas e do serviço público, e em especial, nesse cenário, a educação vem ganhando destaque”. Na nota, o Sindicato Nacional reafirmou a defesa intransigente da autonomia universitária e da democracia interna das Instituições Federais de Ensino.

“Nosso sindicato seguirá resistindo e em luta para garantir a liberdade de ensinar e aprender, para garantir que a produção do conhecimento não dependa de autorização de governos, independente de partidos. Isso significa que, além da liberdade de cátedra, lutamos pela autonomia financeira e administrativa das universidades. Por isso, entendemos os cortes de recursos da educação, anunciados pelo governo federal, como arbitrários, inconstitucionais e que afetam diretamente a qualidade do planejamento e desenvolvimento de ações junto ao conjunto da sociedade, vez que figura como a própria razão de ser do espaço universitário”, afirmou a docente Milena Barroso.



>>> ARTIGO

Precisamos falar sobre autonomia universitária

Luiz Fernando de Souza Santos*

Vivemos uma época de crise profunda do capital na qual as escolhas políticas invariavelmente têm se desdobrado em bárbarie. Em vários centros de estudos pelo Planeta, particularmente entre os anglófonos, há uma proliferação de pesquisas em torno da tirania. Tirania dos modernos, dos clichês, da métrica, das formas políticas. Em tal contexto, a relação entre senso comum e fatos testados cientificamente, submetidos ao rigor da investigação acadêmica, estão sendo solapados por um ambiente de pós-verdade em que a racionalidade e a ciência são rejeitadas. Num contexto assim, precisamos falar sobre autonomia universitária.

Em escala planetária o sinal de alerta foi disparado. Ao lado das fake news proliferam as fake sciences, que negam as mudanças climáticas, o Holocausto; que

dão suporte para terraplanista, criacionistas e movimentos antivacina; que na análise política rejeitam qualquer premissa em torno da objetividade da análise dos fatos que agora tornaram-se uma “questão de perspectiva e agenda política”, conforme apontou Michiko Kakutani citando David Foster Wallace em *A Morte da Verdade* (2018).

Em 2017, tendo como oponente as políticas do governo Trump de corte no orçamento para a Ciência & Tecnologia e de defesa de premissas das fake sciences, foi organizada nos Estados Unidos a primeira Marcha pela Ciência que, em 22 de abril do mesmo ano, ocorreu em 610 cidades ao redor do Planeta, 25 delas no Brasil.

Esse contexto mais geral, ao nos reportarmos ao caso brasileiro, deve ser matizado com as condições sócio-históricas estruturais de formação do sistema de ensino

superior no país. Além disso, há que se considerar a multiplicidade discursiva na disputa de campo pela definição do sentido de autonomia universitária e o que está posto efetivamente para a realização material desta. Nos limites deste texto, me limitarei a explorar esta última dimensão do tema.

Assumo no presente artigo entender por autonomia universitária uma disposição cultural e política que compreende que a produção de conhecimento através do ensino e pesquisa implica na liberdade de pensamento, na liberdade de cátedra, que não imponha amarras ideológicas, morais, religiosas, de poder político e outros. Vale lembrar que, no Brasil, a autonomia universitária foi assegurada como princípio constitucional na Carta Magna de 1998 e que, em torno dessa, nas últimas três décadas se desenvolveu uma batalha dura entre diversos campos.



Num texto intitulado *Autonomia Universitária – extensão e limites*, Eunice F. Durham aponta a existência do “mito da universidade”, que se assenta na ideia de uma universidade pública, gratuita, que articula ensino, pesquisa e extensão e busca a defesa da autogestão democrática. Para além desse “mito” existem, segundo a autora, outras experiências de universidade brasileira que compreendem o setor privado de ensino superior público e suas múltiplas formas institucionais. A autora defende que, definir a partir do “mito da universidade” a autonomia universitária, seria reduzir os modos diversos em que esta se realiza, conforme o caso. A autonomia universitária é, assim, relativa.

Mas, vale ressaltar, a perspectiva que reivindica um olhar relativista é um componente basilar no contexto de produção de pós-verdades e, no caso aqui em foco, de fake sciences, que, ao fim e ao cabo, resultam numa lógica gerencial de cortes de recursos para o ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Considero que a arguição de Durham serve de argamassa ideológica para o desmonte do sistema de ensino superior público brasileiro. É parte de uma estratégia que Phellipe Marcel da Silva Esteves e Bruno Deusdará, em *A Polisssemia da Fórmula “Autonomia Universitária”* (2018), apontam tratar-se de uma desresponsabilização da esfera estatal em garantir a efetiva autonomia da universidade pública, o que foi levado a cabo por uma série de medidas que, já com Fernando Henrique Cardoso, transferiram recursos públicos para o ensino superior privado e comprometeram o financiamento daquela outra e sua autonomia.

No Artigo 207, a Constituição Federal estabelece um marco para a autonomia universitária,

a saber: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Em três décadas, este princípio da autonomia foi sistematicamente desmontado por decretos, medidas provisórias, marcos regulatórios diversos que aprofundaram a desresponsabilização do Estado.



O anúncio, pelo Ministro da Educação, de estudo para retirar recursos do ensino de Filosofia e Sociologia para destiná-los à áreas mais técnicas, é menos expressão de um cálculo fundamentalmente técnico e mais o produto de uma disposição anti-intelectual, contrária à liberdade de cátedra, por um governo que se alimenta de uma legitimidade cativa de irracionaisismos”

Esse processo de desresponsabilização com a autonomia universitária tem início antes da crise econômica e política que resultaram num governo de extrema-direita. Todavia, com Bolsonaro, esse processo se acelera e aprofunda. A Universidade está sob ataque. A liberdade de cátedra, o pensar crítico, são furiosamente negados pelo governo, seus seguidores e o exército de bots que disparam mentiras sobre o universo acadêmico nas redes sociais.

Um conjunto destrutivo da autonomia universitária é avançado desde o primeiro dia do governo de Bolsonaro. O corte de recursos para o financiamento das atividades acadêmicas na ordem de 30%, que atingem ensino, pesquisa e extensão, posto que inviabilizam

bolsas da graduação à pós-graduação, serviços de segurança, limpeza, entre outros, é a face, o primeiro momento, do desmonte da autonomia. Outro momento, o anúncio, pelo Ministro da Educação, de estudo para retirar recursos do ensino de Filosofia e Sociologia para destiná-los à áreas mais técnicas, é menos expressão de um cálculo fundamentalmente técnico e mais o produto de uma disposição anti-intelectual, contrária à liberdade de cátedra, por um governo que se alimenta de uma legitimidade cativa de irracionaisismos.

E, o terceiro momento do ataque à autonomia universitária se expressa no solapamento de suas instâncias de tomada de decisão. Por um lado, o Decreto 9.794, de 14 de maio de 2019, retira das reitorias a autonomia para nomear o segundo escalão da administração superior. Por outro, como ficou exposto no processo de escolha do Reitor da UFGD, o governo desrespeitou a lista tríplice enviada ao MEC, escolhendo uma interventora temporária que sequer participou como candidata na consulta à comunidade acadêmica.

Pelo exposto, precisamos, sim, falar de autonomia universitária. E desdobrar essa fala num movimento constante de mobilização em defesa da Universidade. As manifestações em defesa da educação que ocorreram no dia 15 e 30 de maio do corrente ano, e que tomaram as ruas das capitais e de centenas de cidades do país, indicaram o caminho da resistência, da presença nas ruas para barrar o ataque ao universo acadêmico brasileiro.

**Luiz Fernando de Souza Santos é professor do Departamento de Ciências Sociais da Ufam e 1º vice-presidente da ADUA.*

>>> ARTIGO

A Situação da Educação no Brasil

Raquel Dias Araújo*



DAISY MELO

A educação escolar, desde a sua origem, no período colonial, sob a hegemonia dos jesuítas, funda-se sob a divisão da sociedade em classes. Foto: reprodução da internet

A educação no Brasil é marcada por profundas contradições que expressam os limites estruturais da sociedade brasileira legatária de uma herança política e cultural conservadora porque se ergue sob a base do escravagismo, racismo, patriarcalismo, dirigida por uma classe dominante divorciada do povo.

A educação escolar, desde a sua origem, no período colonial, sob a hegemonia dos jesuítas, funda-se sob a divisão da sociedade em classes, constituindo-se numa escola dual, ou seja, uma escola de primeiras letras para os filhos dos colonos brancos e ou-

tra voltada à catequese para os indígenas, visando à domesticação. Durante séculos, a grande maioria da população brasileira esteve alijada do acesso à escola. A educação só passa a ser tratada como uma questão nacional na década de 1930 para atender às necessidades do capitalismo tardio brasileiro, que exigia uma mão de obra minimamente escolarizada, mas também devido às pressões do movimento escolanovista, que preconizava uma escola pública, gratuita e laica em sintonia com as ideais liberais que embalavam o nascimento do novo sistema político-econômico.

Apesar dos avanços conqui-

tados a partir dos anos 1930, como a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 4.024/61) e a definição de percentuais mínimos do orçamento da União, dos estados e municípios que deveriam ser aplicados na educação, a atuação do Estado, ao longo dos anos, tem se caracterizado pela descontinuidade das políticas educacionais e pelo subinvestimento na educação, que se explica, em larga medida, pela inexistência de um sistema nacional de educação no Brasil.

Dessa forma, chegamos ao final do século XX com atrasos e déficits educacionais que não

foram resolvidos ao longo dos anos, como as altas taxas de analfabetismo absoluto e funcional, a não universalização da educação básica, os baixos índices de acesso ao ensino superior, a desvalorização do(a)s profissionais da educação, dentre outros problemas.

Os ataques à educação pública, à autonomia e às liberdades democráticas sob o avanço do conservadorismo

Chegamos aos dias atuais com problemas históricos quanto ao acesso e à permanência, à valorização, ao financiamento, à democracia e autonomia, sobre os quais se aplicam medidas regressivas, que tem consequências nefastas aprofundando o quadro de precarização da educação pública, intensificado pelo congelamento dos investimentos nas políticas sociais efetivado pela Emenda Constitucional 95/16 e nos cortes subsequentes.

Nesse contexto de avanço das ideias conservadoras e regressivas no campo dos direitos sociais, a educação pública e gratuita foi tomada como um dos principais alvos de ataque do governo Bolsonaro. Os sucessivos contingenciamentos para a área da educação e, em particular, o corte de 30% anunciado pelo governo para as universidades, os IFs e os CEFETs têm como efeito imediato o fim dessas instituições, pois inviabiliza o seu funcionamento cotidiano.

Combinado a isso, há um ataque sem precedentes à autonomia, democracia, liberdade de cátedra e, como parte disso, a propagação de um discurso odioso contra docentes, os quais são perseguidos e criminalizados por realizarem aquilo que é a natureza da prática docente: produzir ciência e socializar o conhecimento produzido pela humani-



O ano de 2019 entra para a história recente como o período de intensificação do desmonte do serviço público e, em especial, da educação pública. Nesse cenário, o(a)s profissionais da educação são cada vez mais desvalorizado(a)s”.

dade, caracterizado pelo ministro da educação como “balbúrdia”.

Esse cenário já vinha sendo prenunciado nos últimos anos, mas intensificado pelas ações do movimento “Escola Sem Partido”, principalmente, com a retomada da tramitação do PL 7180/14 na Câmara dos Deputados e, em 2018, ganhou novos contornos no período eleitoral, quando as universidades foram invadidas por forças repressivas.

O governo Bolsonaro vem atacando diretamente a frágil autonomia universitária por meio de medidas provisórias, portarias ou decretos, dentre os quais se destaca o Decreto 9.794, de 14 de maio de 2019, que transfere para a Presidência da República, para a Casa Civil e para o MEC a indicação de pró-reitor(a)s, decano(a)s, diretor(a)s de centros ou campi e outro(a)s dirigentes das instituições universitárias. Dois casos ilustrativos do ataque à autonomia e às liberdades democráticas são os processos de consulta paritária para a escolha de Reitor(a) na Universidade Federal de Grande Durados (UFGD) e na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), pois o Governo Federal e o Ministério da Educação (MEC) desrespeitaram o resultado das eleições com a indicação de uma interventora como reitora pró-tempore da instituição e do segundo colocado para exercer o cargo de reitor,

respectivamente.

O ano de 2019 entra para a história recente como o período de intensificação do desmonte do serviço público e, em especial, da educação pública. Nesse cenário, o(a)s profissionais da educação são cada vez mais desvalorizado(a)s. A pesquisa realizada, em 2018, em 35 países, pela Varkey Foundation, que avaliou o prestígio do(a)s professore(a)s, revelou que o Brasil caiu para a última posição do ranking. Tal situação tem levado ao abandono da profissão, ao adoecimento e, em casos mais drásticos, ao suicídio.

Vale registrar que, também, há reação por parte de docentes e estudantes e apoio da população como visto nos dias 15 e 30 de maio, quando milhares de pessoas foram às ruas para defender a educação pública, caracterizando as maiores manifestações contra os ataques do governo Bolsonaro. Dando sequência às mobilizações de maio, no último dia 14 de junho, ocorreu a greve geral contra a reforma da previdência, em defesa dos direitos e da educação pública. O setor da educação – ANDES-SN, Fasubra, Sinasefe, CNTE, UNE, Ubes, ANPG, Fenet – tem dado exemplos de luta na defesa intransigente do direito à educação. O ANDES-SN tem cumprido um papel importante nesse processo e envidado esforços na construção da ampla unidade de ação para enfrentar os ataques e reafirmar a defesa da autonomia universitária e da democracia nas instituições educacionais. Alterar o rumo dessa história de retrocessos dependerá da força da classe trabalhadora. Eis nossa esperança!

**Raquel Dias Araújo é 1ª tesoureira do ANDES-SN e uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do Sindicato Nacional.*

>>> RÁPIDAS

Justiça dá sentença favorável à ADUA sobre interstícios acumulados

A 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas proferiu sentença, no dia 6 de junho, confirmando a tutela de urgência deferida anteriormente e julgando procedente a solicitação da ADUA para determinar que a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) receba e defira os pedidos administrativos de interstícios acumulados dos/das docentes da instituição. [Leia mais](#)

Greve Geral: Milhares vão às ruas em protesto

Milhares de trabalhadores e trabalhadoras foram às ruas da capital amazonense, na tarde de sexta-feira (14), para protestar contra a reforma da previdência e os ataques a educação e em defesa do direito de aposentadoria. Convocado nacionalmente pelas centrais sindicais, o ato unificado em Manaus ocorreu na Praça 5 de Setembro (Praça da Saudade). A Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), da qual a ADUA-SSind. faz parte, apoiou e participou da manifestação. [Leia mais](#)

Justiça mantém bloqueio de recursos para a Ufam

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) aceitou o recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) e derrubou a liminar da Justiça Federal da Bahia que suspendeu o contingenciamento de verbas de universidades federais e de outras instituições públicas de ensino. A decisão bloqueia, de novo, recursos da ordem de R\$ 38 milhões da Ufam. O corte atinge gastos que mantêm em funcionamento a instituição como pagamento de água, luz, bolsas acadêmicas e de funcionários terceirizados. [Leia mais](#)

>>> AGENDA

64º Conad – Em defesa da educação pública

Com tema central “Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas”, o 64º Conselho do ANDES-SN (Conad) será realizado de 11 a 14 de julho, em Brasília (DF). A documentação regimental para inscrição de delegada ou delegado e observadores e observadoras suplentes do delegado ou da delegada no encontro será recebida até 4 de julho. O Conselho irá oferecer condições especiais para participantes com deficiência física e acolhimento para os filhos dos professores e professoras participantes. [Leia mais](#)

4º Congresso CSP-Conlutas discute conjuntura de protestos

Marcado para ocorrer entre os dias 15 e 18 de agosto, o 4º Congresso da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) discutirá a conjuntura dos protestos realizados neste ano, defesa das mulheres, negros, LGBTQ+, trabalhador e trabalhadora brasileiro e da educação pública, além do posicionamento contrário a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/19, a Reforma da Previdência do governo Bolsonaro. O Congresso ocorrerá no Clube Juventus, no bairro da Mooca, em São Paulo (SP). [Leia mais](#)



DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/04/2019 a 30/04/2019

QUADRO RESUMO MENSAL	Fevereiro	Março	abril
Receitas	R\$ 98.083,10	R\$ 97.086,90	R\$ 12.151,93
Despesas	R\$ 61.208,59	R\$ 81.717,05	R\$ 37.764,57
SALDO ANTERIOR	R\$ 1.636,15	R\$ 2.254,85	R\$ 2.254,85
Saldo Banco do Brasil S/A	R\$ 28.765,91	R\$ 45.583,88	R\$ 45.583,88
Saldo Fundo de caixa	R\$ 2.254,85	R\$ 1.552,95	R\$ 1.552,95
RESUMO DE APLICAÇÕES	R\$ 230.732,33	R\$ 231.469,67	R\$ 232.289,41
Saldo Anterior da Conta Aplicação	R\$ 229.961,96	R\$ 230.732,33	R\$ 232.289,41
Aplicações no Mês		R\$ -	R\$ -
Rendimento de Aplicações	R\$ 770,37	R\$ 737,34	
Resgate de Aplicações		R\$ -	R\$ -
SALDO ATUAL	R\$ 263.389,24	R\$ 278.606,50	R\$ 279.426,24

*Confira a prestação de contas na íntegra clicando [aqui](#)

boletim **ADUA**

O boletim ADUA é uma publicação da Seção Sindical dos Docentes da Ufam (ADUA-SSind. do ANDES-SN).

Diretoria:
 Marcelo Mario Vallina (presidente); Luiz Fernando Souza Santos (1º vice-presidente); Milena Fernandes Barroso (2ª vice-presidente); Ana Cristina Fernandes Martins (1ª secretária); Nereide de Oliveira Santiago (2ª secretária); Ana Lúcia Silva Gomes (1ª tesoureira) e Leonardo Dourado de Azevedo Neto (2º tesoureiro).

Diretora responsável:
 Milena Barroso

Assessora de Comunicação:
 Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Designer:
 Rebecca Pessoa

Projeto gráfico:
 Rafael Miranda

Endereço:
 Av. Gen. Rodrigo Octávio, 6200, Campus Universitário da Ufam, Coroado I, CEP: 69080-005 Manaus - Amazonas

E-mail da secretaria:
 aduasindicato@gmail.com

Fale Conosco

(92) 98138-2677

www.adua.org.br